

DOSSIÊ

ALTERIDADE, OUTRIDADE E JORNALISMO:

do fenômeno à narração do modo de existência

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores
em Jornalismo

CAMILA FREITAS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

MARCIA BENETTI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

<http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.989>

RESUMO - Este artigo tem caráter teórico e visa discutir a alteridade no jornalismo. Consideramos que o jornalismo tem um papel fundamental na construção do conhecimento sobre as semelhanças e as diferenças entre os seres humanos, sendo a apresentação da diversidade social uma de suas finalidades. Propomos associar o conceito de outridade, compreendida como o modo de existência do "outro" em sua singularidade, a essa finalidade do jornalismo e a ações de empatia, simpatia e compaixão. Adotamos uma perspectiva fenomenológica, indicando a relevância da experiência do encontro entre o "eu" e o "outro" e a capacidade de o jornalista perceber e narrar os aspectos que configuram as múltiplas identidades dos seres. Tratamos ainda da outridade na narrativa jornalística, abordando a relação entre o mundo da vida e o mundo do texto e discutindo os princípios da percepção, da ação mimética, da textualidade e da interpretação.

Palavras-chave: Alteridade. Outridade. Jornalismo. Narrativa. Fenômeno.

ALTERIDAD, OTREDAD Y PERIODISMO: del fenómeno a narración del modo de existencia

RESUMEN - Este artículo de carácter teórico analiza la alteridad en el periodismo. Creemos que el periodismo tiene un papel fundamental en la construcción de los saberes acerca de las similitudes y diferencias entre los seres humanos, una vez que la presentación de la diversidad social es uno de sus propósitos. Combinamos el concepto de otredad, que se entiende como el modo de existencia del "otro" en su singularidad, con la finalidad del periodismo. Adoptamos un punto de vista fenomenológico, lo que indica la importancia de la experiencia del encuentro entre "yo" y "otro" y la capacidad del periodista para percibir y narrar características de las múltiples identidades de los seres. También trabajamos con la otredad en la narrativa periodista, presentando la relación entre el mundo de la vida y el mundo del texto, así tratando de los principios de la percepción, de la acción mimética, de la textualidad y de la interpretación.

Palabras clave: Alteridad. Otredad. Periodismo. Narrativa. Fenómeno.

ALTERITY, OTHERNESS AND JOURNALISM: from phenomenon to mode of existence's narration

ABSTRACT - In a theoretical reflection, this paper aims mainly to discuss alterity in journalism. We believe that journalism plays a fundamental role in the construction

of knowledge about similarities and differences between human beings, stressing presentation of social diversity as one of its purposes. We approach the concept of otherness, understood as mode of existence of the “other” in its singularity, to journalism’s purpose and empathy, sympathy and compassion actions. Working through the phenomenological perspective, we discuss about the experience focused on the encounter between “I” and “other”, as well as the journalist ability to perceive and narrate the aspects of human beings’ identities. Moreover, we discuss otherness in the journalistic narrative, approaching the relation between world of life and world of the text, and also considering the elements of perception, mimetic action, textuality and interpretation.

Key words: Alterity. Otherness. Journalism. Narrative. Phenomenon.

1 Introdução

O jornalismo é uma atividade engajada na observação e na narração de acontecimentos notáveis (Cornu, 1999), de fenômenos e fatos que existem no mundo antes de qualquer intervenção narrativa. Atento à diversidade social, é pela potencialidade de narrar os fenômenos percebidos, reconstituindo-os de modo singular em seus textos, que o jornalismo nos permite conhecer o meio em que vivemos e as pessoas que o habitam. Essa capacidade mediadora – que põe em relação o mundo da vida e o do texto – evidencia que o jornalismo tem um papel fundamental na construção do conhecimento sobre a diferença e a semelhança entre os seres humanos (Karam, 1997), já que a dinâmica centrada na percepção e na experiência do “eu-sujeito-jornalista/veículo” frente aos “outros-sujeitos” é o que explica narrativamente o modo de existência dos sujeitos percebidos. Concordamos com Lago (2014, p. 175), para quem “repousa no jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade”, e com Reginato (2016, p. 230), que defende ser função do jornalismo mostrar a diversidade social e “as discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos”. Assim, defendemos que o reconhecimento da alteridade deve ser uma premissa das ações do jornalista ou um de seus deveres.

A temática da alteridade evidentemente não é nova. Diversos pesquisadores (Arendt, 2009; Barbosa, 2008; Dionizio, 2011; Benetti & Freitas, 2015; Buber, 1986; Charaudeau, 1991; Costa, 2010; Gomes, 2012; Hazell, 2009; Jodelet, 1998; Lago, 2014; Lévinas, 1987; 1999; 2010; Resende, 2014; Marcondes Filho, 2016; Martino, 2016; Peres, 2016; Prado & Bairon, 2007; Ricoeur, 2006, 2008; 2014; Sodré, 2007; Treanor, 2006) têm se empenhado em discutir a alteridade, levantando questões sobre a identidade, a visibilidade, a representa o, o apagamento, a simula o e a apreensão do “outro”. O que propomos neste artigo   pensar a alteridade a partir do conceito de *outridade*, o modo de existência que resulta da articula o do “eu” com a identidade do outro.

Discutiremos aqui a constru o da identidade do “outro” no jornalismo, fazendo um caminho teórico que percorre a alteridade, a outridade e o jornalismo. Refletiremos sobre a alteridade como fen meno, a outridade como modo de existência e o jornalismo em sua potencialidade de articular o mundo da vida com o mundo do texto.

2 Alteridade como fen meno

Os estudos da Fenomenologia (Husserl, 1982; Merleau-Ponty, 2011, 1968; Lévinas, 1971, 1982, 1987, 1999) tratam da problemática do *ser* e do mundo pela descri o da experiência física e consciente do sujeito em rela o aos fenômenos que se manifestam no meio em que ele vive. O eixo do pensamento fenomenológico se dá pela tri de mente, corpo e mundo, que nos interessa para compreender a alteridade como um fen meno que ocorre no mundo, no corpo-espírito e entre “eu” e “outro”. Podemos dizer que fen meno   a primeira manifesta o, ainda ambígua, de tudo o que se faz perceptível, e que   pela percep o que somos capazes de acessar o meio em que vivemos (Merleau-Ponty, 2011). Esse movimento perceptivo tem por finalidade fornecer um “universo” de coisas definidas e localizadas para o sujeito que percebe (Romdenh-Romluc, 2011). Então, a percep o   o próprio encontro da subjetividade do “eu” com o mundo.

Entendemos o mundo da vida como campo fenom nico em forma de experiência (Merleau-Ponty, 2011). Em toda experiência de algo, o sujeito que experiencia está *no mundo*. Pensar e viver são condi es inseparáveis, uma vez que o mundo e a consciência

existem a partir de uma relação mútua que os constitui, revelando a consciência encarnada, ou seja, o sujeito corporificado. Diante dessa noção não se pode separar o sujeito do mundo, pois é o corpo que o revela *em situação* no mundo.

Unificando o agir e o existir, o corpo se constitui como unidade íntima e particular do sujeito – ele é um *ser para si* (como consciência) e *em si* (como objeto físico). Pelo corpo dá-se o “nó entre a essência e a existência que em geral reencontraremos na percepção” (Merleau-Ponty, 2011, p. 204). Isso revela que, muito mais do que viver “em um mundo de estados de consciência ou de representações” (Merleau-Ponty, 1968, p. 204, tradução nossa¹), o sujeito habita um mundo de fenômenos e de experiências, a partir do vínculo direto “com seres, coisas e seu próprio corpo” (Merleau-Ponty, 1968, p. 204, tradução nossa²). Logo, é pela facticidade – a existência concreta do sujeito no mundo –, na intenção de compreender a relação manifestada entre consciência, corpo e mundo, que se chega à noção de *ser no mundo*.

Vamos considerar que todo sujeito tem a capacidade de perceber (consciente e fisicamente) o meio que habita e, por consequência, o saber desse sujeito sobre aquilo que se manifesta diante dele – e que ele experiencia – é condicionado por uma ideia de verdade particular. Isso nos permite dizer que o conhecimento sobre as coisas ou pessoas é variável e que teremos uma diversidade de pontos de vista sobre um mesmo sujeito ou objeto. Não é difícil notar que o fenômeno percebido condiciona uma interpretação que corresponde a uma verdade particular, de modo que a verdade se apresenta como única para cada *ser* a partir de sua percepção. Nessa dinâmica, como seres humanos vivendo temporal e espacialmente em um meio complexo, tendemos a reduzir o mundo às nossas experiências, a fim de explicar e compreender não só a nós mesmos, mas aos outros com os quais coexistimos. Aproximando essa dinâmica do jornalismo, podemos pensar em duas questões. Primeiro, o repórter também é um ser no mundo que experiencia os fenômenos e seu próprio contato com o “outro”. No entanto, por estar posicionado em um lugar discursivo específico, o repórter organiza sua experiência a partir de expectativas que vão além das suas, pessoais, e derivam de um conhecimento compartilhado sobre como um repórter deve encarar aquilo que é diferente dele. Segundo, o jornalismo, pensado como uma instituição, tem como finalidade ampliar o conhecimento dos leitores. Isso implica provocar o leitor a não reduzir o mundo apenas ao seu próprio universo de experiências.

A noção de coexistência ultrapassa a individualidade própria do *ser*, expondo-o como sujeito relacional, e o transforma em um *ser no mundo com o outro*. Assim, pela percepção de um sujeito por outro, cada subjetividade se manifesta como um fenômeno aberto ao conhecimento. Na dialética do “eu” e do “outro”, ambos os polos devem ser preservados em sua facticidade, sendo necessário que haja, “além da perspectiva do Para Si – minha visão sobre mim e a visão do outro sobre ele mesmo –, uma perspectiva do Para Outro – minha visão sobre o Outro e a visão do Outro sobre mim” (Merleau-Ponty, 2011, p. 8). Se a alteridade é a premissa para a coexistência, é na relação de um sujeito com outros que este se deixa afetar pelos diversos tipos de existências e que pode agir no mundo como *ser*, isto é, pela “intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras” (Merleau-Ponty, 2011, p. 18). Há um entrelaçamento sustentado pela diferença, que também exige o reconhecimento de certa similitude³, de que algo é compartilhado:

A diferença e a alteridade são verdadeiramente experimentadas apenas por uma abertura que reconhece que, apesar de todas as indubitáveis diferenças que encontramos, sempre há algo compartilhado que permite que a diferença seja concebível. Trata-se de um esforço não para reintegrar a diferença em mesmidade, mas para transformar as noções de eu e de outro em qualquer tentativa de comportar-se responsabilmente em direção à alteridade do outro (Reynolds, 2004, p. 138, tradução nossa⁴).

Se a alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o “eu” e o “outro” em relação de interdependência no mundo, o que explica o modo de existência desse “outro” para o “eu” é a outridade.

3 Outridade como modo de existência

O encontro com o “outro”, na maioria das vezes, provoca inquietação ou estranhamento, pois o ponto de vista ocidental tem tradicionalmente pensado a identidade do “outro” como algo a se conquistar (Treanor, 2006). Para dominar ou conquistar é necessário moldar o diferente nas estruturas daquilo que já se conhece, a fim de evitar que o diferente expresse suas características, suas qualidades particulares e sua forma genuína de existência, ou seja, sua outridade. Isso promove uma relação de verificação entre “eu” e “outro” (Treanor, 2006), uma vez que o que desconhecemos é de imediato comparado

à norma, ao habitual ou ao comum. Nesse movimento, espera-se que o “outro” se encaixe naquilo que já é aceito, condicionando sua singularidade ao apagamento, a fim de que este seja um “outro” idêntico ou um “mesmo”. O problema está na justaposição ou no nivelamento das identidades, que suprime as diferenças dos sujeitos que se relacionam e dá prioridade à mesmidade – entendida aqui como o emparelhamento das identidades do “eu” e do “outro”.

Sabemos que pode haver semelhanças entre os sujeitos e que isso, de certo modo, os aproxima. Arendt (2009) salienta que, se os homens não fossem “iguais” como espécie, não seriam capazes de se compreender nem de projetar expectativas para o futuro. E, se não fossem diferentes em suas particularidades, “não necessitariam do discurso ou da ação para se entenderem” (Arendt, 2009, p. 200, tradução nossa⁵). Aqui, nem a diferença nem a semelhança se anulam, o que nos leva a crer que o reconhecimento do “outro” muito tem a ver com a disposição e a habilidade que temos ou não de compreender formas particulares de existência que não a nossa. Treanor (2006) diz que a outridade se revela como o ponto de encontro do fenômeno da alteridade com a similitude. O “outro” enquanto similitude se apresenta como um semelhante ou um familiar, passível de ser compreendido, embora a similitude não garanta transparência na relação entre “eu” e “outro”, pois revela apenas aquilo que é percebido como comum entre ambos. Ao contrário, pelo fenômeno da alteridade, o “outro é aquele capaz de revelar ou trazer algo novo e imprevisível” (Treanor, 2006, p. 229, tradução nossa⁶), assim como pode barrar qualquer aproximação com outro sujeito, pois resguarda em si mesmo algo ambíguo e inacessível.

Então, pelo fato de que “nenhum outro que experienciamos ou com o qual estamos relacionados é completamente exótico ou perfeitamente inteligível” (Treanor, 2006, p. 230, tradução nossa⁷), a similitude e a alteridade passam a ser pressupostos da outridade, resultando em uma tensão que não tende ao equilíbrio, mas ao balanço entre semelhanças e diferenças a cada vez que o “eu” e o “outro” se encontram. Há sempre algo para além daquilo que se pode perceber, ora por não ser de fácil compreensão, ora por não estar expresso fisicamente ou comunicado e, portanto, o “outro” se faz inapreensível em sua totalidade.

Estar presente no mundo nos coloca entre sujeitos, mas também nos coloca em sociedade – que é um “outro” na medida em que é um terceiro para a dinâmica “eu” e “outro”. A sociedade nos acolhe

e nos confronta, apresenta demandas e exige responsabilidades (Lévinas, 1999; Ricoeur, 2008). Assim, “eu sou responsável pelo outro e nós somos ambos responsáveis pelos outros (terceiros), e, da mesma forma, os outros são responsáveis por mim” (Treanor, 2006, p. 43, tradução nossa⁸). Daí firma-se o laço entre sociedade e responsabilidade que concerne à outridade.

Se no encontro intersubjetivo há aspectos possíveis de apreensão e outros não, é porque cada “outro” é para nós, simultaneamente, distante e próximo, dúvida e certeza, um “outro” em si mesmo e um “outro” aberto à interpretação. Essas contradições remetem à outridade plena e à relativa⁹. Outridade plena é aquilo que conforma a interioridade do “outro” e, portanto, não está explícita. Ela diz respeito ao “outro” para si e em si mesmo, ao inverificável, à consciência de si – é o “outro” em sua plenitude e intimidade, com anseios, inquietações, desejos, emoções, sentimentos e percepções que são particulares, inacessíveis ou não reveladas no contato face a face. A outridade plena não produz encontro algum e não comunica de imediato algo sobre esse “outro”, ao contrário, tudo que ela não revela dá margem a suposições e hipóteses e, portanto, torna relativa a outridade do sujeito.

Se a outridade plena nos escapa, a outridade relativa é um campo aberto de possibilidades para alcançar o conhecimento que se deseja ter sobre o “outro”. Ela pode ser relativa no próprio sentido de colocar sujeitos singulares em relação (numa referência mútua) e ainda no sentido da ambiguidade que essa mesma relação produz – o “outro” comunica algo física ou verbalmente, evidenciando semelhanças e diferenças, mas nessa comunicação há também o silêncio da outridade plena. Então, a outridade relativa, na verdade, é a única que se efetiva na convivência intersubjetiva, pois permite discernir entre o que pode ser percebido e o que podemos apenas supor. Esse tipo de outridade está sempre aberto à interpretação (Treanor, 2006) e à reinterpretação, a cada novo encontro do “eu” com o “outro” ou com os “outros”.

Contudo, se o entendimento que se tem sobre a identidade do “outro” passa pela percepção e pela interpretação, existe a probabilidade de nossas interpretações criarem representações equivocadas, pois o ato interpretativo é tão subjetivo e ambíguo quanto a relação intersubjetiva que o origina. O encontro entre sujeitos estabelece um movimento de avanço e de recuo em busca do reconhecimento daquele que ali se manifesta e, assim, o outro interpretado já não é aquele do instante da percepção, sequer ele em si mesmo, ele é um “outro” ideal.

Na abrangência dos relacionamentos intersubjetivos,

reconhecer o “outro” em sua situação social, física ou temporal (por exemplo, pobreza, doença e velhice) pode ser uma atitude instigada por emoções e experiências afetivas, derivadas de ações simpáticas, empáticas e compassivas. A simpatia, a empatia e a compaixão mobilizam sentimentos, estão relacionadas ao fenômeno da alteridade e articulam as perspectivas do *para si* e do *para outro*. Quando o “outro” se manifesta em condições diferentes ou semelhantes àquelas nas quais estamos e as quais conhecemos, em um primeiro momento, alcançamos o entendimento de sua situação pela nossa imaginação, repleta de juízos de valores e de crenças, assim como pela capacidade de identificação e pela tentativa de se colocar no lugar do “outro”. Ao reconstruir a experiência do “outro” – projetando-o em nós mesmos e comparando tais experiências com as nossas –, temos a possibilidade de reconhecê-lo à nossa maneira.

As ações empática e simpática têm como premissa o intercâmbio entre “eu” e “outro”, ou seja, a mudança de lugar entre eles – obviamente, uma transposição metafórica e imaginativa. A simpatia é uma forma de comunhão ou de sintonia pelo sentimento, é o *sentir com* o outro. A empatia é um modo de entender a outra pessoa, no sentido de transcender a condição dela, isto é, *sentir no* outro (Bubandt & Willerslev, 2014).

Já a compaixão é perpassada por julgamentos de valores, levando em consideração a relevância ou a gravidade da situação em que a pessoa se encontra. Por exemplo, podemos ter compaixão por pessoas que sofreram algum dano na vida, como elenca Nussbaum (2001), diante das seguintes ocasiões: morte, vitimização, doença, escassez alimentar e fraqueza emocional ou física. As percepções e os julgamentos variam de pessoa para pessoa, assim como têm influência do contexto social, seja cultural, religioso ou político. Ao serem somados ao que chamamos de outridade relativa, é possível que a interpretação da condição de sofrimento do “outro” seja superestimada, promovendo compaixão por uma pessoa que não se percebe (ela mesma) em situação de sofrimento.

Enquanto a simpatia e a compaixão são meios de se relacionar com o “outro” ou de estar relativo a alguém diferente de si mesmo, a empatia é ainda uma forma de obter conhecimento sobre a identidade do sujeito. Ela requer um movimento de aproximação e de afastamento baseado na tentativa de mimetizar e de pensar como poderia ser se acaso “eu” fosse o “outro” (Bubandt & Willerslev, 2014; Wispé, 1986), levando em conta a identificação com a outridade desse sujeito. Apesar

de a finalidade da identificação empática estar voltada à compreensão do “outro” ou à piedade, ela também pode se destinar a ações danosas, a partir das quais se mimetiza a outridade a fim de manipular, enganar, seduzir, esquecer ou violentar o “outro” (Bubandt & Willerslev, 2014).

Ainda sobre o reconhecimento do “outro”, achamos relevante o entrelaçamento entre tempo e outridade. Ao trazer as reminiscências para o presente, podemos interpretar não só ao “outro” como a nós mesmos, promovendo algumas mudanças ou reiterando aspectos sociais e identitários já demarcados (Benetti & Freitas, 2015). Nesse enlace, as memórias como representações do passado servem de subsídios para a manutenção da identidade do sujeito frente ao esquecimento (Ricoeur, 2015). A rememoração pode barrar o esquecimento de identidades distintas quando associada à empatia, à compaixão e à simpatia. Entretanto, a reflexão sobre as vivências dos sujeitos também é capaz de evidenciar o movimento seletivo que faz com que alguns sujeitos tornem-se perceptíveis e outros permaneçam apagados. Essa ação é uma forma de agenciar os modos de viver a vida e, ainda, assegura que qualquer escolha é resultado de mediação subjetiva, refletindo na forma com que se deseja ou não conhecer e tratar a outridade.

4 Alteridade e outridade no jornalismo

Como dissemos, a percepção do mundo não é integral nem igual para todos. É pela relação intersubjetiva que alcançamos o conhecimento e damos sentido aos diversos fenômenos do mundo vivido. Esse conhecimento, no entanto, não é algo inscrito na imediaticidade do contato do sujeito com o meio, mas construído e mediado socialmente por ações, percepções, experiências e interações subjetivas, assim como pelas narrativas – como é o caso do jornalismo, que observa, interpreta, mimetiza e organiza o meio social e os sujeitos textualmente, ao reconstituir a dimensão fenomênica do mundo pela via da singularidade (Genro Filho, 1987).

A alteridade e a outridade foram discutidas até aqui, respectivamente, como fenômeno e como modo de existência. Agora vamos ampliar o entendimento que podemos ter sobre elas, quando relativas ao jornalismo, que articula o mundo da vida com o do texto a partir da dinâmica em que “o mundo do texto se abre para o mundo da vida [...] e, inversamente, ao mesmo tempo, pela qual o mundo da vida pode ser conhecido por uma experiência de textualidade” (Foessel,

2016, p. 76, tradução nossa¹⁰). Ou, como diz Resende (2011, p. 134), o jornalismo tem por finalidade “entrelaçar mundos e tecer redes com todos os percalços e potências de que este gesto se constitui”.

Nessa articulação, é por meio da ação mimética que o jornalismo tem a potencialidade de reproduzir e de reconstruir o que ocorre no mundo da vida, narrando as realidades e a multiplicidade de seres e coisas que nelas residem, conferindo, também, verossimilhança aos acontecimentos cotidianos. Podemos dizer que, na diegese (universo do texto) da narrativa, estão contidos aspectos que se assemelham ou que correspondem ao universo exegético (exterior ao do texto), expondo sua condição verossímil, que busca assegurar a validade da narrativa (Genette, 1995; Traquina, 2012). A partir dessa condição, vamos tratar, primeiramente, do jornalismo como um tipo de discurso que evidencia o fenômeno da alteridade e, em seguida, da outridade mimetizada e narrada pela atividade jornalística.

É no campo do discurso que o jornalismo está situado como “uma forma de relação social que se estabelece através do uso da linguagem” (Meditsch, 2001, p. 1). A relação intersubjetiva – da qual a própria existência do discurso é dependente – evidencia que o discurso, como efeito de sentidos, é produzido não só pelos jornalistas, mas também pelo público no ato efetivo de leitura e interpretação. De acordo com Benetti (2007, p. 108), “o discurso é, assim, opaco, não transparente, pleno de possibilidades de interpretação”, remetendo àquele que narra, ao mundo que lhe abastece e aos “outros”. Na dimensão discursiva do jornalismo, podemos identificar uma pluralidade de vozes que desejam comunicar algo e que recria e “reproduz os conhecimentos gerados por outros atores” (Benetti, 2007, p. 110), que não os jornalistas. Essa polifonia, quando ocorre, vai conformar o fenômeno da alteridade no texto jornalístico – pois cada voz que se manifesta é uma possibilidade de perceber a alteridade, levando em consideração a dinâmica que correlaciona o “eu-sujeito-jornalista/veículo” com os “outros-sujeitos”.

Seguindo essa lógica, encontramos quatro mecanismos de significação para um ato de linguagem produzido por um determinado sujeito (Charaudeau, 2013). O primeiro está focado em possuímos hipóteses que elucidem aspectos da *identidade* do “outro”, ou seja, que evidenciem “seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses” (Charaudeau, 2013, p. 41). O segundo mecanismo de significação corresponde aos *efeitos* que pretendemos produzir em relação a esse (ou nesse) outro sujeito. Já o terceiro está no nível da *relação*, a partir da qual podemos pensar sobre o tipo

de vínculo que desejamos estabelecer com esse “outro”. E o quarto mecanismo dá conta do tipo de *regulação* prevista pelo próprio ato da linguagem, articulando os três movimentos anteriores.

Antes mesmo de representar a realidade do cotidiano, todo discurso apresenta em si mesmo uma troca entre sujeitos, postulando a existência das identidades do “eu” e do “outro” como condição primeira do ato comunicacional. Para Charaudeau (2013), é falando de, com e para o “outro” – assim como de si mesmo – que conseguimos descrever o mundo em sua complexidade. O princípio do jornalismo está justamente em perceber o “outro”, tornando-o visível e compreensível, seja pelo processo de assimilação (tal como um semelhante), seja pelo de diferenciação entre os sujeitos postos em relação (dentro e fora do texto) na narrativa. Podemos então dizer que o jornalismo, como um gênero discursivo particular (Benetti, 2008), está atravessado pelo fenômeno da alteridade.

Evidentemente, a problemática da alteridade no jornalismo não se destina apenas à relação do sujeito-enunciador (jornalista/veículo) com o sujeito-intérprete (público). Existe um processo relacional maior que a incorpora e no qual a condição de “outro” é grifada no plural. Nesse caso, os “outros” são as fontes, os leitores reais e os leitores imaginados, os “outros” narrados e idealizados pelo discurso jornalístico, os “outros” membros da comunidade profissional dos jornalistas e, numa amplitude organizacional, os “outros” veículos. Há no jornalismo uma abertura para que o próprio jornalista possa pensar sobre si mesmo, manifestando o que lhe é diferente ou semelhante em relação aos “outros”, a fim de “ser tolerante e revisar seu comportamento” (Benetti & Freitas, 2015, p. 175), assim como as suas escolhas, o que pode acarretar uma reflexão sobre como ele percebe a alteridade e narra a outridade.

Quando se fala de alteridade nessas condições, se exige do jornalista a compreensão da complexa sociedade na qual ele se insere, a qual observa e descreve narrativamente. Como mencionamos, os mundos da vida e do texto são interdependentes no jornalismo, pois há um horizonte de percepção que se abre nessa atividade, em que o mundo do texto, que serve de referência segunda para a interpretação da realidade primeira vivida pelos seres humanos, passa a ser mais do que um universo narrativizado. Esse mundo do texto é um lugar ao mesmo tempo familiar e estrangeiro, em que semelhanças, diferenças identitárias e temporais são evidenciadas no processo resultante da “atividade sintética que reúne um orador, um dizer, um dito, eventos e, finalmente, um mundo” (Foessel, 2016, p. 80, tradução nossa¹¹).

Diante desses apontamentos, podemos tratar da segunda condição da alteridade no jornalismo, que interliga três aspectos: o da manifestação de um fenômeno no mundo vivido (dimensão fenomênica em si), o do modo de existência centrado na singularidade de um sujeito (outridade) e o da interpretação e do entendimento dessa existência singular aberta à narratividade. Isso nos leva à ação mimética, que articula a percepção e a experiência que temos do mundo, a textualidade e a interpretação. Para Ricoeur (2010), essa articulação se organiza, respectivamente, em prefiguração, configuração e refiguração, aproximando a dimensão temporal do mundo da percepção ao da narrativa.

A prefiguração é referente ao mundo pré-narrativo, da percepção, dos fenômenos, da intersubjetividade – momento em que o mundo da vida “busca” por uma ação narrativa que o reconstrua como experiência vivenciada. A configuração é o âmbito da construção do texto. Nela, a sucessão dispersa dos acontecimentos adquire cronologia e hierarquia, por meio da estrutura narrativa que coloca ordem nos acontecimentos significativamente. Como diz Motta (2013, p. 73), a narrativa coloca “os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis”. No jornalismo, a configuração é resultado da mediação do jornalista. Já a refiguração é o momento em que a presença ativa do leitor reconfigura o que foi narrado. Ocorre uma experiência tanto interpretativa quanto perceptiva, pois, nesse caso, “a percepção não pode ser descrita de outra maneira senão através da relação que o sujeito tem com os significados que a cercam” (Foessel, 2016, p. 76, tradução nossa¹²), o que remete a uma tematização, a um enquadramento ou à busca por referência (no mundo do leitor) sobre o que foi narrado e que será interpretado.

O texto jornalístico, como instância discursiva inscrita no presente e não encerrada em si mesma, possui brechas¹³ para que o leitor se projete no universo textual e percorra a atividade mimética, como um sujeito que experiencia a versão da realidade ali construída. O fenômeno da alteridade nesse processo ocorre pela manifestação de pelo menos três identidades: a do jornalista – que no texto pode ser também narrador –, a do público e a do “outro” narrado. Daremos atenção à última para falar da construção da identidade do “outro” na atividade jornalística.

O acesso ao modo de existência singular do “outro”, disposto à textualidade, ocorre primeiro no mundo da vida. Esse “outro” que está em questão para o jornalista é tanto a fonte quanto o objeto de

seu discurso narrativo. No encontro do “eu-sujeito-jornalista” com o “outro-sujeito-fonte”, o jornalista não acessa a outridade plena, apenas a relativa. Pelo contato imediato (percepção), pela relação estabelecida com esse sujeito e pelas técnicas jornalísticas – entre as quais está a entrevista –, ele vai moldando, interpretando e conhecendo a outridade do “outro-fonte”. Como a experiência de vida e a identidade podem ser narrativizadas e transformadas em história, considerando a singularidade do fenômeno, as ações do sujeito, o tempo e a estrutura da narrativa (Ricoeur, 1986; 2014), o jornalista, pelo ato de narrar a existência do “outro”, acaba por mimetizar a outridade desse sujeito, condicionando essa outridade à própria construção da narrativa e às características do discurso jornalístico como um gênero específico.

Assim, a identidade do “outro” passa a ser uma identidade essencialmente narrativa, que se recria no texto e se diferencia de sua condição fenomênica original. Embora essa identidade resguarde aspectos da singularidade do sujeito, já não é ele em si mesmo (pessoa corporificada) que se apresenta, sequer o “outro relativo”, mas um “outro” do e no texto – o “outro” ideal e mimetizado pelo jornalismo, manifestando-se como fenômeno próprio do texto que o conforma. E como nesse processo há uma ação interpretativa que depende do público ao qual se destina a narrativa, quando este público tiver acesso ao texto vai conhecer o “outro” narrado a partir da reconfiguração do acontecimento jornalístico, no qual a outridade está “diluída”. A dinâmica provoca ainda o reconhecimento por ações afetivas e mnemônicas, estabelecendo um elo entre “eu-sujeito-leitor” e “outro-sujeito-personagem”.

O ato da reconfiguração pelo público abre a possibilidade de reinterpretar o que foi apresentado pelo jornalista, porque a narrativa reduz a outridade a estereótipos e a tipificações para poder compreendê-la e descrevê-la, mas, ao mesmo tempo, pela mimese recompõe a singularidade que pertence ao sujeito narrado, ao inscrevê-lo em seu contexto particular. Notamos que a reconstrução narrativa da outridade é uma forma de acessar e de conhecer esse sujeito pelo texto – pois, mesmo que a cada nova ação hermenêutica a outridade se refaça, traços de sua singularidade permanecem no texto que a encerra. É devido à capacidade mimética que podemos falar que, no jornalismo, toda outridade é relativa, historicizada, interpretada, reconstruída e ressignificada – tanto pelo jornalista quanto pelo público.

Refletir sobre a alteridade e a outridade instiga o jornalismo a estar atento à pluralidade que compõe o cotidiano. A discussão aqui apresentada conflui para dois entendimentos. O primeiro é o de que

a narrativa e o discurso jornalístico possibilitam ao intérprete encarar de perto e criticamente o que neles está disposto, dando acesso a aspectos da identidade do jornalista e dos sujeitos narrados. O segundo entendimento diz respeito à potencialidade de o fenômeno da alteridade, quando relativo ao jornalismo, nos fazer perceber que há um processo que media temporal e espacialmente as relações intersubjetivas (dotadas de semelhanças e de diferenças), a fim de fornecer conhecimento sobre a diversidade do mundo.

5 Considerações finais

Ao longo deste artigo trabalhamos com a alteridade e a outridade pela perspectiva fenomenológica, entendendo a alteridade como fenômeno e a outridade como um modo de existência. A Fenomenologia nos ajuda a pensar os seres humanos em situação no mundo, de modo que a percepção do mundo e de tudo o que nele se manifesta estaria conformada pelas experiências individuais e coletivas, assim como pela descrição e interpretação que fazemos dos fenômenos percebidos, para fundamentar nossas verdades particulares sobre o meio em que vivemos. É pela percepção de um sujeito por outro que cada subjetividade se apresenta tanto como experiência intersubjetiva quanto como um fenômeno passível de ser conhecido, sem ignorar a dimensão temporal da coexistência, as ações afetivas (simpatia, empatia e compaixão) e as reminiscências.

Enquanto a alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o “eu” e o “outro” de modo interdependente, a outridade: a) explica o modo de existência genuíno e singular do “outro” para o “eu” no mundo; b) possui tanto os aspectos da semelhança quanto os da diferença; c) promove uma tensão que não resulta em equilíbrio, mas no balanço do que é diferente e semelhante, a cada vez que o “eu” e o “outro” se percebem; e d) pode ser plena e relativa.

No âmbito do discurso jornalístico, as narrativas são formas de acessar os fenômenos sociais percebidos e mimetizados pelo jornalista. Nessa dinâmica, a alteridade e a outridade têm seus direcionamentos ampliados, pois a centralidade do jornalismo está na percepção e na experiência do “eu-sujeito-jornalista/veículo” diante dos “outros-sujeitos-leitores/fontes/personagens”, assim como da percepção e da experiência do “eu-sujeito-leitor” diante dos “outros-sujeitos-jornalista/veículo/fontes/personagens”.

Ao explicar que a articulação do mundo da vida com o mundo do texto pressupõe que o fenômeno da alteridade configura o discurso e a narrativa jornalística, além de evidenciar a outridade, podemos concluir que, no jornalismo, a alteridade mobiliza: a) a dimensão fenomênica em si; b) o modo de existência centrado na singularidade de um sujeito; e c) a interpretação e o entendimento dessa existência singular. Na mesma lógica, por articular a percepção, a ação mimética, a textualidade e a interpretação, no jornalismo a outridade: a) é relativa; b) pode ser historicizada, interpretada, construída e ressignificada; c) depende da ação do jornalista para ganhar visibilidade e do público para obter reconhecimento; e d) instiga ação afetiva e mnemônica.

NOTAS

- 1 No original: “dans un monde d'états de conscience ou de représentations”.
- 2 No original: “avec les êtres, les choses et son propre corps”.
- 3 “Similitude é aquele aspecto das coisas e dos outros que é familiar ou compreensível de alguma forma” (TREANOR, 2006, p. 229, tradução nossa). No original: “Similitude is that aspect of things, and others, that is in some way familiar or understandable”.
- 4 No original: “Difference and alterity are truly experienced only by an openness that recognizes that despite all of the undoubted differences that we encounter, there is always something shared that allows difference to be conceivable at all. This is an effort not to reintegrate difference into sameness, but to transform the notions of self and other in any attempt to behave responsibly toward the alterity of the other”.
- 5 No original: “no necesitarían el discurso ni la acción para entenderse”.
- 6 No original: “the other is that which can reveal or bring about something new and unforeseen”.
- 7 No original: “no other we experience or related to is either completely foreign or perfectly intelligible”.
- 8 No original: “I am responsible for the other, and we are both respon-

sible for others (thirds), and, indeed, others are responsible for me”.

- 9 Treanor (2006) dá aos termos o nome de *absolute otherness* (outridade absoluta) e *relative otherness* (outridade relativa). Aqui optamos pelo nome outridade plena, em vez de outridade absoluta, para nos referirmos ao si mesmo, à interioridade, ao que é pleno como essência do “outro”, mas tendo em conta o que o difere e o assemelha ao “eu”.
- 10 No original: “the world of the text opens on to the lifeworld [...], and at the same time conversely, through which the lifeworld can be known by an experience of textuality”.
- 11 No original: “synthetic activity that assembles a speaker, a saying, a said, events and, ultimately, a world”.
- 12 No original: “perception cannot be described in any other way than through the relation that the subject has with the meanings that surround it”.
- 13 Concordamos aqui com o que Resende (2009, p. 32) defende: “[...] o encontro a que alude Ricoeur somente se dá através de brechas, espaços que se revelam no próprio ato de produzir discursos. Esta maneira de compreender o exercício da linguagem, de certo modo contrária ao que se configura como dominante no período inicial dos estudos de mídia, revela o quanto a comunicação é dependente tanto do mundo vivido quanto do mundo que lemos, ainda pensando com Ricoeur (1994). Este filósofo, ao discutir a tessitura da intriga, dispõe a narrativa à luz de uma tríplice mimese, a que instaura a relação entre o mundo do autor, o do texto e o do leitor”. A obra à qual Resende se refere nesse trecho é *Tempo e narrativa*, tomo I, que em nossa bibliografia é indicada como Ricoeur, 2010.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de Filosofia*. (2a ed.). São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Arendt, H. (2009). *La condición humana*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (10a ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Barbosa, F. C. (2008). *Jornalismo potencializador e as formas de narrar o Outro: a alteridade brasileira no New York Times*. Dissertação de mestrado em Comunicação, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Benetti, M. (2007). Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: Lago, C.; Benetti, M. (Eds.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, (pp. 107-122). Petrópolis, Brasil: Vozes.

Benetti, M. (2008). O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, (14), 13-28.

Benetti, M.; Freitas, C. (2015). A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo. *Conexão – Comunicação e Cultura*, 14(28), 167-185.

Bubant, N.; Willerslev, R. (2014). The dark side of empathy: mimesis, deception and the magic of alterity. *Comparative Study of Society and History*, 54(1), 5-34.

Buber, M. (1986). *I and Thou*. Gloucester, Inglaterra: Peter Smith Publisher.

Charaudeau, P. (1991). La communication et le droit à la parole dans une interaction du même et de l'autre. *Cahiers de Praxématique*, (17), 27-47.

Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias*. (2a ed.). São Paulo, Brasil: Contexto.

Cornu, D. (1999). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

Costa, C. C. B. (2010). *A TV, o Outro e o Mesmo: figuras da alteridade e traços identitários no Jornal Hoje da Rede Globo*. Dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade, UFBA, Salvador.

Dionizio, P. M. (2011). *Entre mundos: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística*. Dissertação de mestrado em Comunicação, UFMG, Belo Horizonte.

Ferreira, A. G. (1960). *Dicionário de latim-português*. Porto, Portugal: Porto.

Foessel, M. (2016). The world of the text and the world of life: two contradictory paradigms? In: Davidson, S.; Vallé, M.-A. (Eds.). *Hermeneutics and Phenomenology in Paul Ricoeur: between text and phenomenon*, (pp. 75-86). Basel, Suíça: Springer.

Genette, G. (1995). *Discurso da narrativa*. Lisboa, Portugal: Vega.

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Brasil: Tchêl.

Gomes, I. (2012). *Olhares sobre o outro: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S.Paulo e Folha de S. Paulo*. Tese de doutorado em Comunicação, UMESP, São Bernardo do Campo.

Hazell, C. (2009). *Alterity: the experience of the other*. Bloomington, Estados Unidos: Author House.

Husserl, E. (1982). *Cartesian meditations: an introduction to Phenomenology*. Boston, Estados Unidos: Martinus Nijhoff Publishers.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In: Arruda, A. (Ed.). *Representando a alteridade*, (pp. 47-67). Petrópolis, Brasil: Vozes.

Karam, F. (1997). *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo, Brasil: Summus.

Lago, C. (2014). Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do “outro” no jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 172-187.

Lévinas, E. (1971). *Totalité et infini: essai sur l'exteriorité*. Hague, Holanda: Kluwer Academic.

Lévinas, E. (1982). *Ética e infinito*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Lévinas, E. (1987). *De otro modo que ser, o más allá de la esencia*. Salamanca, Espanha: Ediciones Sígueme.

Lévinas, E. (1999). *Alterity and transcendence*. Londres, Inglaterra: The Athlone Press.

Lévinas, E. (2010). *Entre nós: ensaios sobre alteridade*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Marcondes Filho, C. (2016). Alterity, machines and Eros: a new vision of communication as an event. In: Gunkel, D. J.; Marcondes Filho, C.; Mersch, D. (Eds.). *The changing face of alterity: communication, technology, and other subjects*, (pp. 89-102). New York, Estados Unidos: Rowman & Littlefield International.

Martino, L. M. S. (2016). Epistemologia da alteridade: entre explicar e compreender outrem. *Líbero*, 19(37), 101-108.

Meditich, E. (2001). Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. *Anais do X Encontro da Compós*, Brasília: Compós.

Merleau-Ponty, M. (1968). *La structure du comportement*. (6a ed.). Paris, França: Presses Universitaires de France.

Merleau-Ponty, M. (2011). *Fenomenologia da percepção*. (4a ed.). São

Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília, Brasil: Editora da UnB.

Nussbaum, M. (2001). *Upheavals of thought: the intelligence of emotions*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press.

Peres, A. C. (2016). Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. *Galáxia*, (31), 92-104.

Prado, J. L. A.; Bairon, S. (2007). A invenção do Outro na mídia semanal. In: Lago, C.; Benetti, M. (Eds.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, (pp. 251-278). Petrópolis, Brasil: Vozes, 2007.

Quicherat, L.; Saraiva, F. R. (1927). *Novíssimo dicionário latino-português*. (1ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Garnier.

Reginato, G. D. (2016). *As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores*. Tese de doutorado em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre.

Resende, F. (2009). O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Galáxia*, (18), pp. 31-43.

Resende, F. (2011). Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: Silva, G. et al (Eds.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*, (pp. 119-138). Salvador, Brasil: EDUFBA; Brasília, Brasil: Compós.

Resende, F. (2014). Representação das diferenças no discurso jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, 10, pp. 59-76.

Ricoeur, P. (1986). *Du texte à l'action: Essais d'herméneutique II*. Paris, França: Le Seuil.

Ricoeur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. São Paulo, Brasil: Loyola.

Ricoeur, P. (2008). *O Justo I: a justiça como regra moral e instituição*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa. Tomo I*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Ricoeur, P. (2014). *O si-mesmo como outro*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Ricoeur, P. (2015). Memory, history, oblivion. In: Kearney, R.; Treanor, B. (Eds.). *Carnal hermeneutics*, (pp. 148-156). Nova York, Estados Unidos: Fordham University Press.

Romdenh-Romluc, K. (2011). *Merleau-Ponty and phenomenology of perception*. Nova York, Estados Unidos: Routledge.

Sodré, O. (2007). Percurso filosófico para a concepção de alteridade. *Síntese*, 34(109), 157-184.

Traquina, N. (2012). *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. V.1. Florianópolis, Brasil: Insular.

Treanor, B. (2006). *Aspects of alterity: Lévinas, Marcel, and the contemporary debate*. Nova York, Estados Unidos: Fordham University Press.

Wispé, L. (1986). The distinction between sympathy and empathy: to call forth a concept, a word is needed. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), pp. 314-321.

Camila Freitas é mestre em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ela integra o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor) – UFRGS/CNPq. E-mail: freitas.csiqueira@gmail.com

Márcia Benetti é doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Ela é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Ela é pesquisadora do CNPq e coordena o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor) – UFRGS/CNPq. E-mail: marcia.benetti@gmail.com

RECEBIDO EM: 29/04/2017 | ACEITO EM: 23/06/2017